

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.417.147 - RJ (2018/0332773-3)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : HELBERT AURELIO CORREA LIMA
ADVOGADO : RODRIGO MENDES DE ARAUJO E OUTRO(S) - RJ156647
AGRAVADO : HORIZONTE ITABORAI IMOVEIS LTDA
AGRAVADO : ALTO QUISSAMA INCORPORADORA IMOBILIARIA LTDA
AGRAVADO : CONSTRUTORA MIRAZA LTDA
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado (fl. 19, e-STJ):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. Decisão que indeferiu a tutela de urgência antecipada, consistente em bloqueio para alienações e cessões de todas as unidades do empreendimento objeto dos autos, bem como indeferiu a concessão da tutela de evidência pretendida. Agravante que, em sede de cognição sumária, não comprova que a alienação das unidades autônomas do empreendimento possa impedir a pretendida conclusão das obras estruturais do condomínio no qual reside. Ausência de preenchimento dos requisitos previstos no artigo 300, do CPC/2015, o que impossibilita a concessão da tutela antecipada pretendida. Tutela de evidência que, nas hipóteses alegadas pelo agravante, depende do oferecimento de contestação, o que não ocorreu no processo originário. Não comprovação da probabilidade máxima de reconhecimento do direito material, necessária à concessão da tutela de evidência. Inteligência do artigo 311, incisos I e IV, e seu parágrafo único, do CPC/2015. RECURSO NÃO PROVIDO.

Não foram opostos embargos de declaração.

Nas razões do recurso especial, o recorrente alega violação aos arts. 6º, VI, VII, e 84 do Código de Defesa do Consumidor.

Requer o provimento das tutelas de urgência e evidência, que foram negadas pelas instâncias ordinárias.

Não foram apresentadas contrarrazões (fl. 46, e-STJ).

O recurso não foi admitido na origem, nos termos da decisão de fls. 48/50,

e-STJ.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

A Súmula nº 568, desta Corte, dispõe que “relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema”.

No âmbito do recurso especial originário de decisão que analisa pedido de concessão de tutela antecipada, é permitida ao STJ apenas a análise do cumprimento, pelo Tribunal de origem, dos requisitos estabelecidos na legislação processual, pois se trata de juízo realizado de maneira não exauriente, de modo que averiguar a presença ou não de provas indiciárias que comprovem a verossimilhança ou a urgência do pedido é vedado a esta Corte Superior, na via do recurso especial.

Nesse sentido, inclusive, a Súmula 735 do STF, que estabelece que “não cabe recurso extraordinário contra acórdão que defere medida liminar”.

No caso dos autos, o Tribunal de origem indeferiu a concessão da tutela de urgência, uma vez que ausentes elementos que evidenciassem a probabilidade do direito e inexistente o perigo de dano iminente.

Cito, por oportuno, trecho do acórdão recorrido (fls. 21/22, e-STJ):

Os requisitos necessários à concessão da tutela pretendida não estão presentes, de maneira concomitante, no caso em comento.

Isso porque, compulsando-se os autos, não há elementos que evidenciem a probabilidade do direito do agravante, pois o simples fato de as agravadas realizarem novas alienações nas unidades autônomas integrantes do empreendimento não é suficiente para indicar eventual dilapidação do seu patrimônio.

É certo que o agravante comprova, às fls. 102/113 (IE000095/000112 - anexo 1), a ausência de finalização das obras estruturais do empreendimento imobiliário, bem como, às fls. 114/121 (IE000112 - anexo 1), a instauração de procedimento preparatório pelo Ministério Público para averiguação de irregularidades no parcelamento do solo para implantação do condomínio objeto do litígio.

No entanto, em sede de cognição sumária, tais fatos, por si só, não são capazes de demonstrar posterior impossibilidade dos agravados de concluir as obras estruturais na forma avençada entre os contratantes, sendo certo que não há nos autos indício de insuficiência financeira das agravadas que impossibilite a

determinação judicial de concretização das obras, após a realização de cognição exauriente.

No que diz respeito ao perigo de dano, verifica-se que, ao contrário do sustentado pelo agravante, este não é iminente, pois a alienação de unidades autônomas não importará necessariamente na impossibilidade da realização das obras do empreendimento, assim como não interfere na segurança do local, salientando-se que tais alienações poderão contribuir financeiramente para a continuidade da realização das obras estruturais do condomínio.

A melhor opção, por ora, é de se manter a decisão agravada, a fim de que, em cognição exauriente, as questões fáticas e de direito possam ser mais bem aprofundadas e debatidas, sob o crivo do contraditório e da ampla defesa.

Assim, em sede de cognição sumária, não se verifica a existência dos requisitos necessários à concessão da tutela antecipada pretendida pelo agravante, na forma do art. 300, do CPC/2015.

Dessa forma, em que pesem os argumentos contidos no recurso especial, a alteração das premissas estabelecidas no acórdão recorrido implicaria necessariamente o reexame fático-probatório, o que é vedado na via do recurso especial, por força do enunciado sumular nº 7, desta Corte.

Cito, a seguir, precedentes do Superior Tribunal de Justiça:

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. REQUISITOS PARA ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. ENUNCIADOS N. 7 DO STJ E 735 DO STF. EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL. DECRETO-LEI 70/66. CONSTITUCIONALIDADE RECONHECIDA. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Esta Corte, em sintonia com o disposto na Súmula 735 do STF (Não cabe recurso extraordinário contra acórdão que defere medida liminar), entende que, via de regra, não é cabível recurso especial para reexaminar decisão que defere ou indefere liminar ou antecipação de tutela, em razão da natureza precária da decisão, sujeita à modificação a qualquer tempo, devendo ser confirmada ou revogada pela sentença de mérito.

2. A verificação do preenchimento ou não dos requisitos necessários para a antecipação de tutela, no caso em apreço, demandaria o reexame de todo o contexto fático-probatório, inviável em sede de

recurso especial, a teor do enunciado n. 7 da Súmula do STJ.

3. O Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal reconhecem a constitucionalidade do Decreto-Lei 70/66. Precedentes.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 494.283/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 24/5/2016, DJe 3/6/2016)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO EM RECURSO ESPECIAL. ENSINO. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SUMULAS 282/STF E 356/STF. NÃO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS PARA A CONCESSÃO DA ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA. INVERSÃO DO JULGADO. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. FUNDAMENTAÇÃO EMINENTEMENTE CONSTITUCIONAL. DISCUSSÃO ACERCA DO DIREITO MATERIAL DA DEMANDA. NÃO CABIMENTO. SÚMULA 735/STF.

1. O prequestionamento não exige que haja menção expressa dos dispositivos infraconstitucionais tidos como violados, entretanto, é imprescindível que no aresto recorrido a questão tenha sido discutida e decidida fundamentadamente, sob pena de não preenchimento do requisito do prequestionamento, indispensável para o conhecimento do recurso. Incidência das Súmulas 282/STF e 356/STF.

2. A Corte de origem, após análise do conjunto fático probatório dos autos, concluiu pelo não preenchimento dos requisitos para a concessão da antecipação dos efeitos da tutela recursal, tendo ressaltado que a parte recorrente não pode ter tratamento prioritário no acesso à pré-escola em creche pública ou conveniada com o Distrito Federal, em detrimento ao direito das demais crianças que também encontram-se na lista de espera e nas mesmas condições, sob pena de afronta ao princípio da isonomia. Assim, o acolhimento das alegações deduzidas no recurso especial demandaria a incursão no acervo fático-probatório da causa, o que encontra óbice na Súmula 7/STJ.

3. O acórdão recorrido apoiou-se em fundamentação eminentemente constitucional para dirimir a controvérsia, o que afasta a possibilidade de revisão de suas premissas pelo Superior Tribunal de Justiça.

4. A jurisprudência desta Corte é no sentido de que recurso especial interposto contra acórdão que defere ou indefere a antecipação dos

efeitos da tutela só pode ter como objeto a violação a dispositivo que trata dos requisitos para a concessão da medida, não sendo cabível discussão acerca do direito material constante da demanda e sobre o qual ainda não houve pronunciamento definitivo pelo Tribunal a quo, sendo esta a inteligência da Súmula 735/STF.

5. Agravo não provido.

(AgInt no REsp 1576116/DF, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 12/4/2016, DJe 18/4/2016)

Por outro lado, conforme decidido pelo Tribunal de origem, não se mostra possível a análise do pedido da tutela da evidência, uma vez que o juiz, nas hipóteses elencadas pelo recorrente (art. 311, incisos I e IV, do Código de Processo Civil), somente pode decidir após a apresentação de resposta por parte do requerido (art. 311, parágrafo único, CPC), o que não havia acontecido até o momento.

Em face do exposto, não havendo o que reformar, nego provimento ao agravo.

Deixo de majorar os honorários advocatícios, ante a ausência de condenação na origem, pois o recurso especial foi interposto em face de acórdão proferido em agravo de instrumento manejado contra decisão interlocutória.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora